

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Na sequência da crise pandémica, económica e social os Estados-Membros da União Europeia devem elaborar e apresentar à Comissão Europeia, até finais de abril, os Planos nacionais de Recuperação e Resiliência que definam a agenda de reformas e de investimento para os anos subsequentes.

As reformas sustentáveis e favoráveis ao crescimento e os investimentos que corrijam as fragilidades estruturais das economias a nível nacional, que reforcem a resiliência, aumentem a produtividade e conduzam a uma maior competitividade serão, por conseguinte, essenciais para repor as economias no bom caminho.

Com efeito, o Governo português anunciou, até à exaustão, que Portugal foi o primeiro Estado-Membro a apresentar o seu Plano de Recuperação e Resiliência sendo referido no portal do Governo, em 22 de abril, o seguinte:

*“O Governo submeteu já o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) à Comissão Europeia, através da plataforma informática oficial, sendo o primeiro Estado-Membro da União Europeia a concretizara **entrega da versão final**”.*

Ora, notícias muito recentes do jornal Expresso referem (pasmem-se!) a existência de duas versões, ou melhor, dois Planos de Recuperação e Resiliência efetuados pelo Governo português.

Um para consumo interno e outro para consumo externo.

Esta atitude revela que o Governo esconde, para proveito próprio ou para manobras oportunistas, a verdade sobre as questões essenciais.

Ainda de acordo com o jornal Expresso existe um longo documento que foi apresentado em Bruxelas, com muitos anexos, tabelas e dados técnicos, onde constam todas as reformas e investimentos que Portugal se compromete a fazer até 2026 muito pormenorizados e a sua calendarização por trimestre; e um outro, que pelos vistos seria para *consumo interno*, que (no que respeita às reformas) inclui apenas um pequeno resumo.

Ou seja, constata-se que os **detalhes dos compromissos assumidos** foram omitidos entre a versão entregue na Comissão Europeia e a publicada para os portugueses.

Esta atitude do Governo não nos surpreende pois todos nos lembramos do famoso “Plano B” que foi escondido dos portugueses para garantir a aprovação pela Comissão Europeia do OE2016 e que depois se veio a concretizar através de políticas de austeridade encapotadas, como as “famosas” cativações e o desinvestimento nos serviços públicos.

Ainda segundo o jornal Expresso, entre reformas e investimentos, seguiram para Bruxelas 1654 indicadores de metas e marcos a cumprir. Mas na versão para os portugueses, para *consumo interno*, apenas se conheceram 300.

Por conseguinte, e neste estranho contexto, ninguém pode ficar indiferente, até porque, esta situação não é um mero pormenor.

É que sem essas reformas, que o Governo português está a negociar formalmente com a Comissão Europeia, não haverá transferências financeiras para pagar os investimentos que permitirão alavancar a economia.

Por outro lado, e por uma questão de transparência, é essencial que quer os portugueses, quer os partidos políticos quer as demais instituições conheçam os compromissos que o Governo assume em nome de todos nós.

Aliás, a fiscalização pela União Europeia será, *muito apertada* como reconheceu, recentemente, o Primeiro Ministro, (com um método semelhante ao que aconteceu no período da troika), ou seja, quando a Comissão Europeia aprovar os PRR, estes ficarão detalhados como se fosse um memorando de entendimento, e será verificável o seu cumprimento a cada semestre, com as consequências (já conhecidas) se houver falha no cumprimento das metas.

Esta situação é no mínimo estranha e anómala. E por isso preocupante. Prova disso mesmo é o paradoxo apresentado, ainda esta semana, pelo Primeiro Ministro, que enquanto defendia, numa cerimónia pública, a necessidade de “transparência” e “escrutínio” do Plano de Recuperação e Resiliência, no portal do Governo e no *site* da Transparência (que estava a apresentar) constava um PRR incompleto e diferente do apresentado em Bruxelas.

A propósito da necessidade de transparência, e atento a estas matérias, o PSD apresentou, em outubro passado, o Projeto de Resolução nº 714/XIV/2ª (tendo o voto contra do Partido Socialista) que *recomenda ao Governo que apresente à Assembleia da República relatórios trimestrais sobre a negociação e execução dos fundos europeus atribuídos a Portugal ao abrigo do programa Next Generation e do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 e a respetiva implementação do plano de recuperação económica Portugal 2020-2030.*

Ora, parte destas informações terão sido agora ocultadas, pelo Governo, aos portugueses.

Era precisamente esta situação que o GP/PSD queria então evitar.

Entende, pois, o Grupo Parlamentar do PSD que a existência de dois Planos de Recuperação e Resiliência apresentados pelo Governo, um em Bruxelas diferente daquele que apresentou em Portugal configura uma situação anómala e incompreensível que deverá ser esclarecida.

Assim,

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD vem por este meio requerer ao Senhor Primeiro Ministro através de

Vossa Excelência, o seguinte:

- Que seja enviada à Assembleia da República **a versão final** do Plano de Recuperação e Resiliência, apresentado à Comissão Europeia, bem como todos os anexos que o acompanham, ou seja, toda a documentação, compromissos assumidos, reformas estruturais, calendários e metas propostas.

Palácio de São Bento, 3 de maio de 2021

Deputado(a)s

ADÃO SILVA(PSD)

ISABEL MEIRELES(PSD)

DUARTE MARQUES(PSD)

PAULO MONIZ(PSD)

LUÍS LEITE RAMOS(PSD)

CATARINA ROCHA FERREIRA(PSD)

ANTÓNIO MALÓ DE ABREU(PSD)

SÉRGIO MARQUES(PSD)

CARLOS ALBERTO GONÇALVES(PSD)

ANTÓNIO LIMA COSTA(PSD)

ANTÓNIO CUNHA(PSD)

ANDRÉ COELHO LIMA(PSD)

ANA MIGUEL DOS SANTOS(PSD)

CARLA BORGES(PSD)

MARIA GABRIELA FONSECA(PSD)

CLARA MARQUES MENDES(PSD)